

G.

banca:
fernanda podzwato
tainá de paula
gabriel botelho

G.

DIÁSPORA URBANA: OS MEIOS DE MORADIA DA POPULAÇÃO
NEGRA E UM ESTUDO DE CASO EM NOVA IGUAÇU

*Trabalho de conclusão de curso
apresentado à banca examinadora
do curso de Arquitetura &
Urbanismo da Universidade
Unigranrio*

Agradecimento

Gostaria de agradecer imensamente à mim, pela perseverança, persistência, coragem e paciência. Por ter suportado, sem esmorecer e com resiliência, todos os percausos percorridos durante os cinco anos de graduação. Foi um período árduo e que exigiu muita maturidade para que fosse possível concluir com sucesso um dos maiores desafios da minha vida. Muitos aprendizados e muitos ensinamentos.

*Agradecer aos meus pais, **Moisés e Alessandra**, pelo apoio financeiro principalmente, contribuindo para que fosse possível a realização dessa conquista. Pela preocupação e pela paciência.*

Aos meus amigos pelas colaborações, admiração, apoio nos momentos difíceis que passamos juntos e pelos ensinamentos. Agradeço também aos mestres que me guiaram por esse caminho e transferiram todo conhecimento necessário para minha formação.

*Um agradecimento especial com muito amor e carinho à **Dra. Diana Helene** por ter sido professora, orientadora e amiga. Por ter acreditado em mim e me apoiado durante a graduação. Pelos ensinamentos, risos e confições. Por ter sido mãe. Obrigado!*

*À minha Me. **Fernanda Podzwato**, que também foi professora, orientadora e amiga. Que me proporcionou uma orientação ímpar com todo conhecimento e paciência. Por ter acreditado em mim e me apoiado. Por ter sido mãe. Obrigado!*

*À **Thayrine** por ser a pessoas mais incrível, forte e perseverante que conheço. Por ser a melhor irmã do mundo. Por estar sempre ao meu lado com todo apoio. Por existir. Obrigado!*

À toda minha família pelo carinho e admiração. Aos demais, que de alguma forma fizeram parte e contribuíram para conquista.

**DIÁSPORA URBANA: OS MEIOS DE MORADIA DA POPULAÇÃO
NEGRA E UM ESTUDO DE CASO EM NOVA IGUAÇU**

Gabriel Cruz Coutinho

Banca Examinadora

Fernanda Serrato Podzwato
Orientadora

Gabriel Botelho
Supervisor

Tainá Reis de Paula Kapaz
Convidada Externa

Aprovado dia 19 de dezembro de 2019
Duque de Caxias, Rio de Janeiro

TÍTULO: *Diáspora Urbana: Os Meios de Moradia da População Negra e Um Estudo de Caso em Nova Iguaçu*

TEMA: *Uma investigação das formas alternativas de habitação, perpassando por como a população negra se estabelece nos espaços urbanos.*

OBJETIVOS:

GERAL: *Elaborar um diagnóstico que revele a forma como se dá as habitações informais e como a cidade do Rio de Janeiro se auto segrega a partir da desigualdade de raça.*

ESPECÍFICO: *Desenvolver um estudo de caso que categorize as formas de habitar e os meios de consumo do espaço urbano sob a perspectiva da população negra, contribuindo para a compreensão da qualidade das habitações em Nova Iguaçu.*

RELEVÂNCIA:

Por entender que, majoritariamente, as áreas mais periféricas, pobres e subnormais da cidade do Rio de Janeiro são habitadas pela população negra, trago uma discussão que discorre os modos de morar e consumir a cidade dessa parcela da população, levantando observações que pretende-se esclarecer com dados e apontamentos teóricos de intelectuais que já tenham abordado assunto semelhante, a fim de defender a hipótese de que o déficit habitacional afeta uma população específica e que, devido à isso, faz-se necessário um recorte racial que traga o negro como protagonista da discussão abordando especificamente a favela de Nova Iguaçu por perceber que, historicamente, esta foi uma área ocupada pela mão de obra escrava.

Os resultados aqui obtidos e as respostas levantadas, servirão de aparato que visam contribuir com um entendimento sócio espacial, com o objetivo de identificar e trazer maior legibilidade para as problemáticas aqui observadas para que se evidencie a necessidade de resolver as questões de déficit habitacional que afetam, majoritariamente, a população negra. O levantamento de cada problema específico, esmiúça e pontua os focos de atuação do governo facilitando assim a destinação de recursos com o objetivo facilitar a dinâmica dessa solução, contribuindo socialmente para o bem-estar da sociedade como um todo, sobretudo da população negra por ser a mais afetada.

Para além de uma discussão política-social, uma das motivações é contribuir com a visualização da perspectiva do déficit habitacional no Rio de Janeiro, estabelecendo um recorte racial e compilando dados e análises de intelectuais, para que seja possível trazer um novo panorama que contribua cientificamente para a compreensão da realidade da população negra no que compete a necessidade de habitar e qual a sua situação frente a este direito, revelando especificidades que carecem de uma problematização que culminem em um ponto chave para tornar visível os caminhos que guiam uma solução palpável à realidade da população e ao recorte da área que a pesquisa se destina.

A principal motivação que levou à escolha deste tema, foi o anseio por investigar e entender as dinâmicas com que se dão as produções de meios alternativos de habitar da população negra, sobretudo no Rio de Janeiro, para compreender melhor o quão complexa é a

estruturação dessa população na cidade e o quanto isso afeta na segregação dos espaços urbanos através da morfologia gerada a partir das características particulares de cada modo de morar a serem problematizadas nesta pesquisa.

OBJETOS:

- *População Negra*
- *Primeiros territórios negros*
 - *Senzala*
 - *Quilombo*
- *Primeiros conjuntos habitacionais*
 - *Cortiço e higienização*
- *Favela: A origem e o desenvolvimento dos aglomerados subnormais*
- *Diáspora Urbana: O não-direito à cidade*
- *Formação da baixada fluminense*
- *O objeto de estudo: Nova Iguaçu*

RECORTE ESPACIAL (LOCALIZAÇÃO): *Nova Iguaçu, RJ.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. POPULAÇÃO NEGRA	01
3. PRIMEIROS TERRITÓRIOS NEGROS	03
3.1 <i>SENZALA</i>	04
3.2 <i>QUILOMBO</i>	06
4. PRIMEIROS CONJUNTOS HABITACIONAIS	07
4.1 <i>CORTIÇO E A HIGIENIZAÇÃO</i>	08
5. FAVELA: A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS	10
5.1 <i>AUTOCONSTRUÇÃO</i>	12
6. DIÁSPORA URBANA: O NÃO-DIREITO À CDADE	12
7. FORMAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE	13
8. O OBJETO DE ESTUDO: NOVA IGUAÇU	14
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16

DIÁSPORA URBANA: OS MEIOS DE MORADIA DA POPULAÇÃO NEGRA E UM ESTUDO DE CASO EM NOVA IGUAÇU

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo realizar uma análise da formação e dos tipos de habitações irregulares sob a ótica de sua constituição, considerando um recorte racial. Tal análise se dá a partir dos principais meios de habitação encontradas pelo Brasil e como recorte espacial, a cidade de Nova Iguaçu/RJ é utilizada como objeto para pesquisa de campo.

A Baixada Fluminense faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro/RJ, composta por 13 municípios (Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim). Sua dinâmica de ocupação deu-se em meio ao processo de crescimento urbano e da metropolização da cidade do Rio de Janeiro que implicou o deslocamento da população que não podia pagar a moradia na capital para áreas periféricas.

De acordo com Marilena Chauí (2000), o Estado democrático e de Bem-Estar Social ainda está para ser, plenamente, instaurado no Brasil. Embora haja resquícios de avanços no acesso à serviços públicos (saúde, educação, etc.), o Estado ainda não garantiu com que esse direito fosse, de fato, acessado por toda a população, sobretudo a de baixa renda e a população negra, majoritariamente.

Apesar das tentativas por parte do Estado para solucionar os problemas do déficit habitacional, ainda hoje é comum encontrarmos exemplos que mostram que essa tentativa não surtiu o efeito que seria necessário para sanar a problemática. Essa defasagem na desigualdade de classe econômica obriga a população a produzir meios alternativos de lazer e habitação; estes, muitas das vezes, são ilegais, insalubres e não apresentam condições mínimas de habitabilidade. A parcela mais afetada com essa desigualdade é a população negra já que, de acordo com Renato Meirelles e Celso Athayde no livro “Um país chamado favela” (2014), cerca de 72% dos moradores das favelas são negros e de acordo com o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas 17% dos mais ricos no Brasil são pretos ou pardos.

De acordo com o censo do IBGE de 2010, mais de 11,4 milhões de brasileiros habitavam moradias irregulares, como, por exemplo, favelas, palafitas ou outros assentamentos informais, além disso, mais de

6,9 milhões de brasileiros estão sem qualquer moradia. Isso revela que cerca de 10% da população brasileira não tem, em condição alguma, acesso à moradia.

Se considerarmos os critérios de habitabilidade expressas na cartilha ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) (CAU BR, pág., 9), mais de 20% da população brasileira não possui acesso à moradia digna, o que retoma à ausência da garantia mínima de direitos básicos e de igualdade de direitos.

A expansão das cidades é um fator que influencia diretamente aumento do déficit habitacional. A expansão desenfreada gera cidades, muitas das vezes, sem qualquer planejamento, o que afeta diretamente na qualidade de habitações, além de afetar o acesso à moradia. Esta deficiência na distribuição e na qualidade das moradias é um fenômeno de urbanização.

Considerando os dados expressos acima, nos deparamos com um parâmetro que revela um déficit habitacional que, aos poucos, tem sido cada vez mais discutido, entretanto, poucas são as vezes em que a população negra se torna o objeto central da discussão. E por mais que favelas ou moradores em situação de rua sejam temas recorrentes em pesquisas e artigos científicos, poucos são os estudos que desmistificam e sintetizam as várias outras formas de habitações irregulares. Infelizmente esse debate é perene, pois o seu fim está longe de acontecer.

2. POPULAÇÃO NEGRA

Segundo o IBGE (2010), os dados censitários da população negra são divididos entre pardos e pretos. Para tal distinção, além do tom da pele, são considerados fatores genéticos como, por exemplo, ancestralidade e os fenótipos – características físicas como o cabelo, nariz, boca etc. De acordo com o mesmo censo do IBGE de 2010, 43,42 % da população brasileira se autodeclarava parda, 7,52 % pretos, 47,51 % brancos, 1,1 % amarelos e 0,42 % indígenas. Isso revela que 50,94 % da composição étnica-racial no Brasil é negra.

A vasta distinção racial é uma característica cultural típica de países miscigenados como o Brasil. Nos séculos XIX e XX, foi promovido um culto a miscigenação racial, o que incentivava a imigração de

portugueses, franceses, espanhóis e outros que antes, de 1580 a 1640, era proibida pela legislação portuguesa. Entretanto, o alto índice migratório de estrangeiros, fez com que o número de brancos aumentasse cada vez mais, para além disso, as relações inter-raciais e o estupro de mulheres pretas (Gilberto Freyre, 1998) também foram fatores primordiais na miscigenação e diminuição da quantidade de negros no Brasil.

Essa era – e é ainda nos dias de hoje –, uma tentativa racista de dizimar a população preta¹ do país. No entanto, apesar de ter diminuído a quantidade de negros² no Brasil, não foi suficiente para dizimá-la e deu início a uma nova variação étnica-racial no Brasil: os pardos. Essa distinção inviabiliza uma contagem precisa da quantidade de negros no Brasil, sobretudo pelo fato de o IBGE utilizar como método censitário a auto declaração. Contudo, de acordo com a PNAD-C (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) de 2016, de 2012 a 2016, a auto declaração de negros subir cerca de 2,2 % fazendo com que o número de negros passasse de 52,7 % para 54,9 %, enquanto a percentagem de brancos caiu de 46,6 % para 44,2 %.

Além dos termos “pardos”, “pretos” ou “negros”, no período colonial existiam – e em menor escala ainda existe – alguns termos que eram utilizados informalmente para evitar o uso da palavra “preto”. Alguns deles são “mulatos”, “crioulos”, “mouriscos”, “moreno”, “neguinho”, entre outros. Alguns altamente racista, como “mulatos” que vem de “mula”, que é o cruzamento dos anos macho com a égua, já outros apenas com intuito higienista.

Os negros escravizados, vindos da África involuntariamente em navios negreiros em condições miseráveis e desumanas, chegaram no Brasil por volta de 1530 (DE BIVAR, Rafael. 2006). No total foram embarcados ao Brasil mais de 5,8 milhões de escravos, porém chegaram em território brasileiro apenas 5,5 milhões. Estimasse que 660 mil morreram a caminho; muitos morreram pelo trajeto em decorrência de maus tratos e, principalmente, doenças por conta da insalubridade e das condições desumanas (Correio Nagô, 2012). Os primeiros escravos chegaram principalmente para a produção de cana-de-açúcar, que era o principal fomento econômico na época por decorrência das exportações (SCHWARTZ, Stuart. 1988).

Por mais de 350 anos, a coisificação, desuma-

IMAGEM 1: *Tons*



Fonte: Ankom Dreams

IMAGEM 2: *A arma do crime*



Fonte: Anderson Valentim

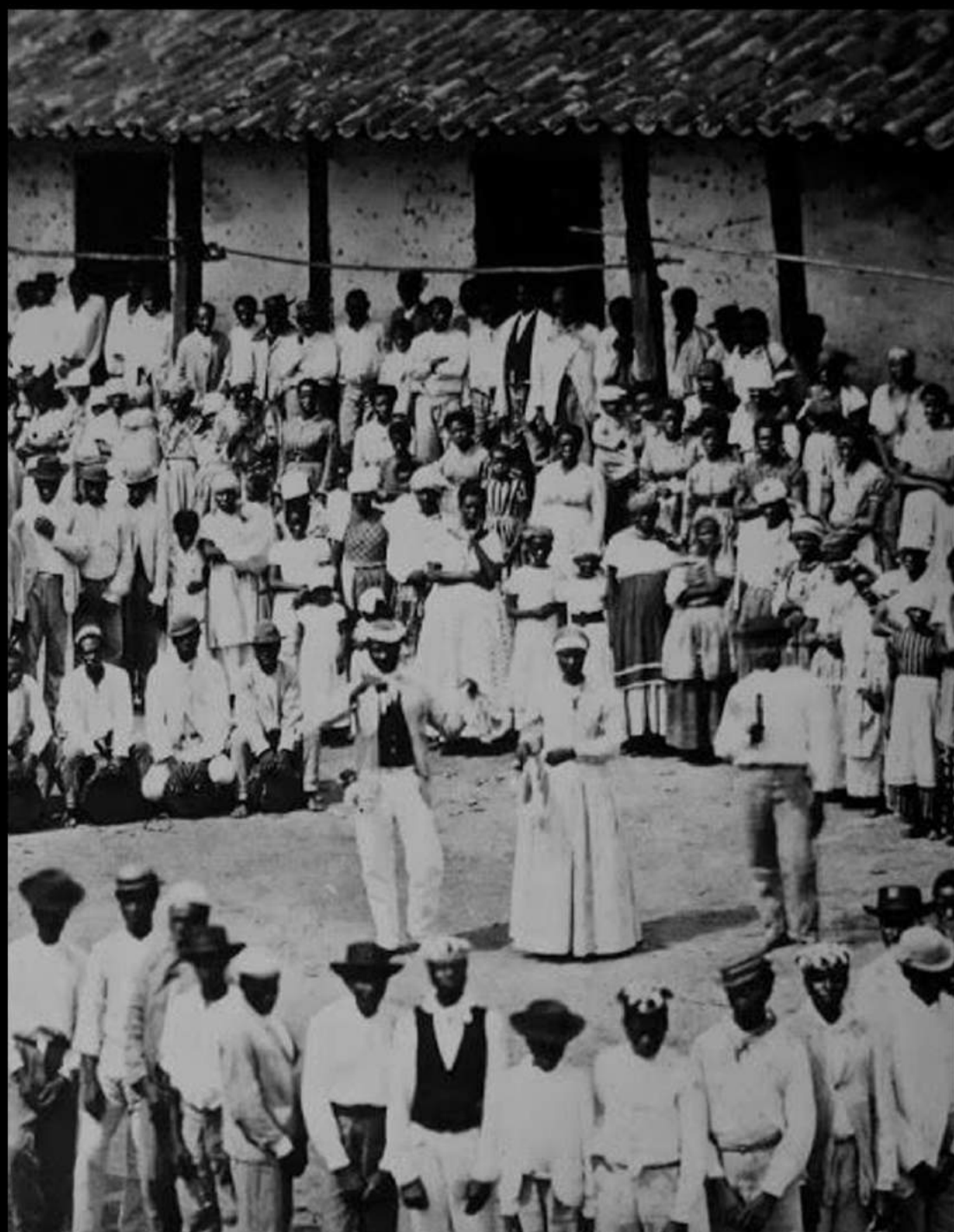
IMAGEM 3: *Pequenas alegrias*



Fonte: AP Photo/Muhammed Muheisen

¹ Neste trabalho, pretos compreendem a parcela retinta da população negra.

² Negros é a denominação étnica-racial que é composta pelas raças parda e preta.



Escravos em frente a Senzala em Barbacena, MG -
1864

MULHERES PRETAS QUE
INSPIRAM



Aqualtune da Casa de Kinlaza é, segundo a tradição, a mãe de Ganga Zumba e avó materna de Zumbi dos Palmares.

nização e estigmatização impossibilitaram a população negra de se estruturar dignamente socialmente. No século XVIII, conhecido como Século do Ouro, muitos escravos conseguiram comprar sua liberdade através da carta de alforria (AUGUSTO, Sérgio), entretanto, o racismo e a marginalização do corpo preto, tornou quase nula as oportunidades de inserção na sociedade. Poucos eram os que conseguiam trabalho, mesmo que subalternos como, por exemplo, limpeza, carregadores de água e mercadorias, transporte de passageiros etc.

Mesmo com a pressão política vinda de países europeus, o Brasil foi o último país a abolir a escravatura, e foi só em 1888 que fora assinada a Lei Áurea, tornando liberto todos os escravos ainda sob propriedade dos senhores de elite. Contudo, mesmo livres, a maioria continuava nos canaviais trabalhando ainda em condição escrava devido à falta de oportunidade.

"José Bonifácio de Andrada, que era uma espécie de primeiro ministro logo depois da independência do Brasil, mandou um projeto para a Assembleia Constituinte, prevendo a abolição progressiva do tráfico e da escravidão. Já naquele momento, a classe dirigente, os corpos da administração imperial tinham perfeita noção de que manter o tráfico de escravos criaria um impasse. Porque a Inglaterra deixara claro que só reconheceria a independência se o Brasil acabasse com o tráfico. E o governo inglês, nessa época, tinha uma importância enorme. Era como se fosse a ONU (porque garantia o reconhecimento diplomático internacional), o FMI (porque emprestava dinheiro para o governo) e a OIT (porque velava a importação de africanos, mão-de-obra essencial no Brasil) juntos, com uma força naval que desde a batalha de Trafalgar (1805) mandava em todos os mares" (FELIPE, Luiz. 2018, pág. 3)

Uma das impossibilidades da estruturação dos escravos na sociedade, foi o advento da Lei de Terras de 18 de setembro de 1850 (CABRAL, 2017, pág. 3), que foi a primeira lei de regularização fundiária que estabelecia que a única forma de aquisição de terras seria através da compra efetiva. Anterior a isso, de 1530 até 1850, a aquisição de terras se dava através da Sesmaria (CABRAL, 2017, pág. 3), que normatizava a aquisição a partir do incentivo à produção agrícola. Essa norma estabelecia que o indivíduo passaria a ser dono de um determinado lote a partir do plantio dela.

A instauração da Lei de Terras impossibilitou que escravos adquirissem suas terras, já que esses foram libertos sem nenhuma garantia financeira, oportunidades empregatícias, incentivo governamen-

tal ou qualquer política pública que desse assistência à essa parcela da população. A partir da necessidade de habitação e da ausência de recursos, começaram a surgir os primeiros assentamentos informais que se assemelhavam aos quilombos³ (IPHAN).

Embora fique claro que a população negra no Brasil é hoje maioria, percebe-se uma defasagem que gera uma desigualdade social que minimiza o acesso à direitos básicos como, por exemplo, a moradia; isso porque o atraso ocasionado pela escravidão e a ausência de políticas públicas, fizeram com que abrisse uma margem entre brancos e negros.

3. PRIMEIROS TERRITÓRIOS NEGROS

Para dar início a esta discussão, antes precisamos entender o que seria "território" e como este termo implica no entendimento dos primeiros espaços ocupados por negros nas primeiras décadas no Brasil após o tráfico negreiro. Não é pretendido aprofundar-se no significado de tal termo, apenas trazer uma percepção do seu significado para que seja possível prosseguirmos com um entendimento.

De acordo com o geógrafo Friedrich Ratzel (1887), "território" é entendido e sistematizado como um espaço que é definido e delimitado pelo o Estado e sua disputa se dá por fatores econômicos e/ou de poder. Ratzel também defende a ideia de expressão do povo que vive em um determinado espaço-território. Ainda seguindo em tal definição, entretanto com uma nova abordagem, Milton Santos (1985) diz que território é um espaço que, não somente os delimitados de forma pragmática e/ou edificados, é todo aquele que há uma manifestação cultural e de pertencimento. Parte de uma ideia mais subjetiva em que a apropriação do espaço vivido é como e onde se defini e delimita-se "território". Nesta pesquisa, estas duas definições se entrelaçaram para estruturar um mesmo entendimento do termo.

Devido a motivações econômicas e necessidade de mão de obra barata, os portugueses, já explorando territórios africanos, deram início ao tráfico negreiro e foram responsáveis por trazer, do século XV até o século XIX, um total de 10 milhões de escravos (Rainer, 2013). Essa mão de obra era utilizada principalmente: os homens no trabalho braçal (lavoura, mineração, carregadores) e as mulheres em serviços domésticos (lavar, passar, cozinhar, amamentar) já numa divisão arcaica dessas tarefas.

³ Aldeia de escravos fugitivos dos engenhos e das fazendas.

Como área de dormitório, a senzala era um espaço-território que era o principal local de reuniões, trocas culturais (já que havia negros de todo continente africano), dentre outras organizações e manifestações. Ali, aprisionados em celeiros, os escravos construíam o primeiro território negro no Brasil, de acordo com a definição de Santos (1985).

A ordem exploratória fora recebida com resistência por parte dos escravos, que não admitiam a submissão e a desumanização dos brancos para com os negros. Os confrontos desencadeavam fugas em massa dos escravos que adentravam as matas a procura de liberdade (Rainer, 2013). Sem muito conhecimento da região em que chegara, eles se reuniam num mesmo espaço por perceber que juntos era mais fácil a resistência caso fossem encontrados pelos capitães do mato. Iniciava ali o segundo território de ocupação por parte da população negra.

A prática de fuga que dava início a formação dos quilombos, se estruturava em paralelo as apropriações das senzalas e em ambos os territórios tal apropriação fazia com que esses espaços passassem a serem marginalizados por serem ocupados por corpos negros (ANTONACCI, 2013). Tanto o quilombo, quanto a senzala, serão desdobrados individualmente nos tópicos a seguir.

3.1 SENZALA

Desde sua chegada em solo brasileiro, por volta de 1530, os escravos não possuíam qualquer autonomia e tão pouco tinham acesso à moradia, sequer poderiam escolher onde viver, morar ou dormir. Essas tomadas de decisão ficavam a cargo de seus donos, os brancos da “casa-grande”[†]. A “casa-grande” era onde as famílias brancas viviam, e em um anexo não muito distante, ficavam as senzalas, que eram os espaços destinados aos escravos.

O termo “senzala” tem origem do continente africano e significa “morada”, entretanto esse espaço não possuía uma estrutura adequada para receber as centenas de famílias escravizadas e tão pouco se assemelhava às casas dos senhores de engenho. A senzala era semelhante a celeiros e/ou galpões e não possuíam divisões internas, nenhum espaço individual ou familiar, onde todos dormiam no chão puro ou em palhas. As únicas divisões internas, quando havia, eram salas de castigo ou de qualquer teste de resistência. As janelas eram fechadas com grades para evitar fugas,

já que constantemente os negros se rebelavam devido aos maus tratos e acabavam fugindo da desumanização impostos pela escravidão (ANDRADE, 2018).

A arquitetura dessas moradias era feita com o sistema construtivo da época, que era o barro e madeira e, embora tenha características do estilo arquitetônico colonial, não existia qualquer preocupação com estética ou com a estrutura. Embora a ausência de conforto seja parte da tipologia das senzalas, o uso desses espaços acaba por ser uma herança africana, onde as habitações eram usadas apenas para dormir ou se proteger, mas nunca com o privilégio de descanso (SELENES, 1999). Como em muitos dos casos a construção ficava por obrigação dos próprios escravos, muitas técnicas construtivas utilizadas tinham origem no continente africano. De acordo com Rafael de Bivar (2005), os escravos utilizavam paus de forquilha para a sustentação da cobertura, a adoção de um formato quadrangular na planta, telhados de duas águas, etc.

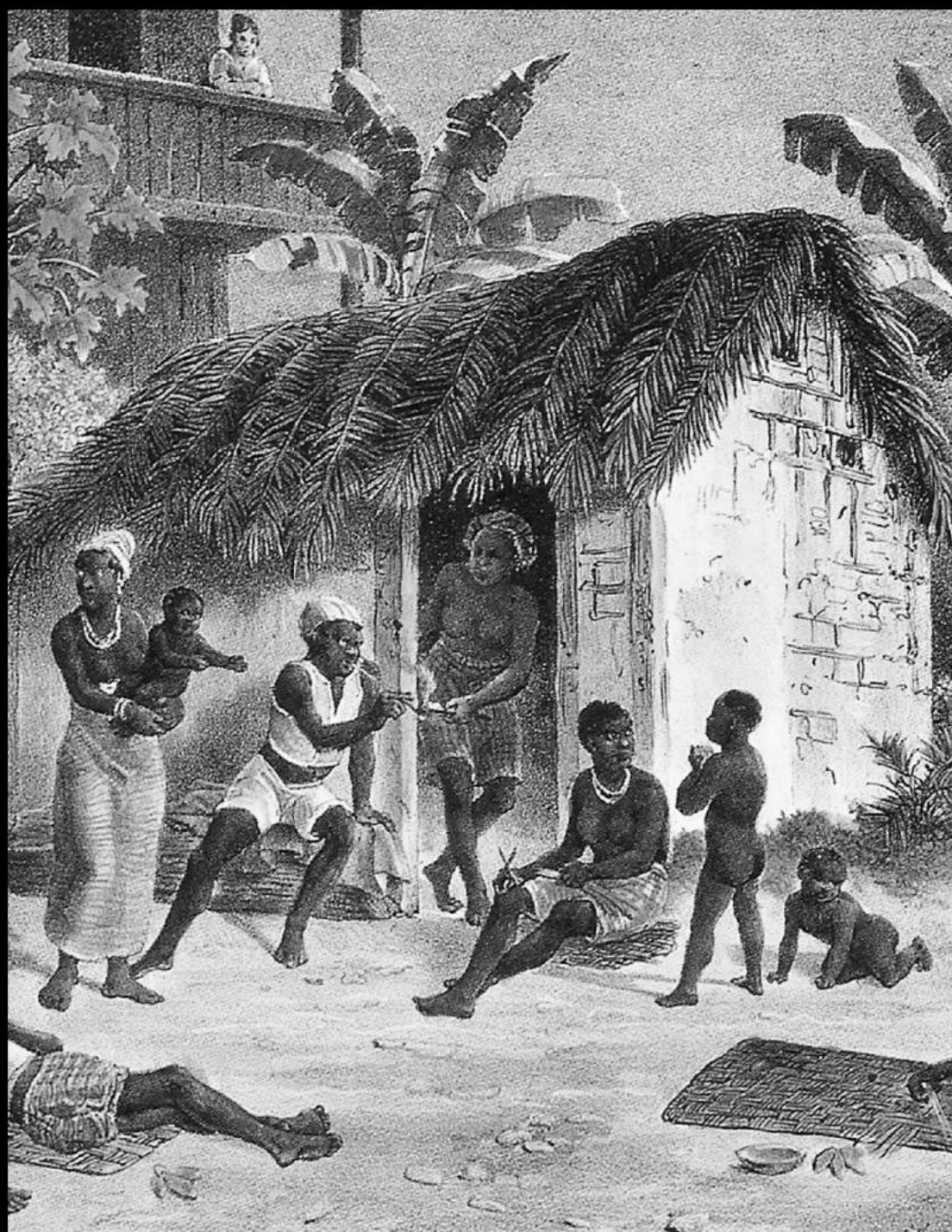
IMAGEM 4: *Fazenda das Antinhas, SP.*



José de Lima, *Fazenda das Antinhas, Bananal, SP, óleo sobre tela, c. 1870, 90 x 163 cm.* (SETUBAL, 2004, p. 160). Acervo de Maria Aparecida Rezende Gotveia de Freitas, São Paulo. Fotografia de Romulo Fialdini.

Mesmo sendo inadequado à habitação, trato aqui a senzala como uma forma de moradia da população negra por se tratar de um espaço que era destinado para que pudessem se abrigar durante a noite e onde estabeleciam suas práticas culturais, já que eram proibidas. Essa superficialidade com que eram tratados os espaços ocupados por escravos perdurou por séculos e se tornou um reflexo de todos os tipos de moradia dos negros, embora não fossem reconhecidos como senzala. Em meados de 1850 (SANTOS, 2006), alguns escravos conseguiam suas alforrias, que era um documento que atestava sua liberdade, entretanto, por não possuir recursos financeiros e tão pouco

[†] Casa-grande era a casa da família donos das grandes propriedades rurais do Brasil colonial.



Quilombo liderado por Zumbi dos Palmares

**MULHERES PRETAS QUE
INSPIRAM**



Tereza de Benguela foi a líder do Quilombo de Quariterê, situado entre o rio Guaporé e a atual cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, entre 1750 e 1770.

políticas públicas que visassem reestruturá-lo na sociedade, estes escravos libertos se viram presos à realidade da escravidão e continuavam a habitar espaços inadequados à moradia, em condições insalubres, com pouca ou nenhuma ventilação e ainda dormindo no chão, etc.

"[...] Por um lado, o Rio de Janeiro sofria uma crise no setor da habitação. Segundo Chalhoub, a partir da década de 1850 o crescimento do fluxo de imigrantes portugueses e o aumento do número de alforrias tornaram o problema da moradia ainda mais crítico na Corte do Império. Sem muita opção, essa parte da população livre começou a ocupar as antigas estalagens das freguesias centrais do Rio, e, como essas não foram suficientes, iniciou-se a construção de cortiços próximos à região." (SANTOS, 2006, pág. 10)

Esses arranjos de moradia cativa⁵ se tornaram uma evolução das senzalas por apresentarem características similares à mesma. Estes cativos poderiam habitar sótãos, porões, quartos em anexo, cantos dos depósitos das mercearias etc., e segundo Karasch (2000) "a moradia escrava fazia parte das muralhas invisíveis do Rio de Janeiro". Dentro das variáveis, havia duas principais formas de morar: os cativos que moravam nas dependências das casas de seus senhores e os "escravos de ganho"⁶ que conseguiam se distanciar do olhar senhorial.

Em "Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)" de 2006, Ynaê cita o caso de Pedro Congo, que em 1819 morava com a sua esposa, Maria Roza em um casebre e ele era mais um escravo de ganho que conseguiu viver longe do olhar senhorial. Sua vinda ao centro do Rio para morar sobre si⁷, foi devido, acredita o autor, as oportunidades de trabalho que a região poderia oferecer. Este exemplo é capaz de elucidar as dinâmicas de moradia e ocupação dos espaços urbanos, já que, embora não fosse um quilombola, este conseguira reestruturar seus laços afetivos independente do olhar senhorial e perceber as oportunidades dos grandes centros urbanos, que são características que perduram até os dias de hoje.

Os escravos de ganho, aqueles que vendiam sua força braçal, que serviam de mão-de-obra, eram os principais nos grandes centros e quebravam os limites da vivência autônoma indo contrários às muralhas invisíveis na cidade citada por Karasch. Essa autonomia dependia do poder de mobilidade para o trânsito do cativo para que fosse possível maior

prospecção de serviços. Entre as oportunidades, estavam o de carregadores (de qualquer objeto ou produto), lavadeiras, quituteiras etc., além dos escravos e escravas domésticas que exerciam funções como lavar, passar, cozinhar, carregar mercadorias, limpar depósitos e as residências etc.

Embora tidos como autônomos, ambos os dois tipos de cativos citados, dependiam de outorgar contrapartidas onerosas para que pudessem morar, ou nas dependências senhoriais, ou em cortiços e casebres. No caso das dependências senhoriais, os escravos e escravas prestavam os serviços dentro das dependências das propriedades e ainda sim, na maior parte dos casos, pagavam uma quantia que eles conseguiam prestando serviço no centro da cidade. No caso dos cativos de ganho, estes tinham que prestar serviços para pagarem os alugueis (SANTOS, 2006).

Por mais que parte da elite tenha reconhecido os benefícios de se ter os escravos prestando serviços e perambulando pela cidade, o Estado, por vezes, intervia de forma contrária à essa autonomia e, ou agia de forma direta, ou indireta para dificultar os acessos da população negra a moradia e aos serviços de mobilidade como cita Santos (2006):

"Outra interferência do Estado via Independência de Polícia no que tange às residências do Rio foi a proibição da construção de casas térreas na região nova da cidade. Uma vez mais, os interesses das autoridades governamentais pareciam coincidir com os da elite comercial. Ao mesmo tempo que era necessário expandir o perímetro urbano, tendo em vista que as freguesias centrais – principalmente a Candelária – tinham as maiores taxas de ocupação e só podiam expandir verticalmente, tal medida favoreceu claramente as pessoas mais ricas do Rio, pois, além de serem as únicas em condição de construir sobrados também ficariam dez anos isentas da décima urbana." (SANTOS, 2006, pág. 67)

Isso revela que o Estado, além de não implementar políticas públicas para garantir o acesso da população negra à cidade e à moradia, por vezes foi responsável por sabotar covardemente todas as tentativas de resistência dos escravos e escravas. Evidentemente isso gerou – e gera até os dias de hoje – um reflexo no déficit habitacional que tem como principal vítima pessoas negras. A transição da senzala para o acesso do negro, ainda escravo ou recém liberto, ao centro da cidade, exemplifica que todos os problemas que são carregados por séculos e a tarefa árdua de desvinculá-los ainda é uma necessidade.

⁵ Moradia dos escravos.

⁶ Eram escravos capturados pela elite no período colonial (SOARES, 2007).

⁷ "Morar sobre si" era uma expressão para descrever escravos que moravam fora das dependências dos donos de escravos (SANTOS, 2006)

3.2 QUILOMBO

Comumente conhecido por ser um local de refúgio, isolado, de difícil acesso, onde escravos se concentravam para escapar dos maus-tratos e da desumanização, o quilombo foi definido oficialmente pelo Conselho Ultramarino Português em 1740 como “toda a habitação de negros fugidos, que passam de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. A palavra “quilombo” é oriunda da palavra “ochilombo” originado e falado ainda nos dias de hoje no dialeto angolano que era designado à população nômade. Aqui no Brasil é usada para referenciar-se à um território com concentração de escravos fugitivos.

“A Assembléia Provincial do Maranhão, aprova em vinte de agosto de 1847, a Lei nº 236, e no art. 12, estabelece: Reputar-se-á escravo quilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, aquele que estiver em reunião de dois ou mais com casa ou rancho. “Para a elite maranhense, a reunião de dois negros em fuga sob o teto da mesma chocha já cheira conspiração” (GENNARI, 2008, pág. 33).

Os quilombos foram a principal forma de resistência dos escravos. Refugiar-se era um ato de resistir à desumanização e uma forma de se posicionarem contra o sistema escravista (RAINER, 2013). Este espaço era não só um espaço de refúgio, mas também um local para praticarem suas crenças, esportes, culinárias e qualquer outra manifestação cultural já que as mesmas eram repudiadas pelos brancos por fazerem parte da cultura da população negra.

Um dos maiores e mais conhecidos quilombo foi o Quilombo dos Palmares, onde tinha cerca de 30 mil habitantes (MUNANGA, GOMES, 2006). Localizava-se na Serra da Barriga em Pernambuco. Segundo Evangelista e Navarro (2011), o Quilombo dos Palmares possuía um planejamento e uma organização dinâmica que setorizavam o espaço rural a fim de definir como se dariam as funções de cada espaço território dos escravos fugitivos. Entre a setorização, estavam:

1 – Entrada restrita:

A área era circundada por três grandes cercas feitas de madeira e reforçadas com pedras. As faixas de cerca possuíam um afastamento que variavam de 300 a 500 metros e serviam para proteção do quilombo dificultando o acesso dos senhores de engenho e capitães do mato.

2 – Alcapão humano:

Caso os inimigos conseguissem ultrapassar o limite da cerca, eles caíam nos buracos espalhados ao redor do quilombo. Esses buracos só eram de conhecimento dos negros que ali viviam.

3 – Mix Religioso:

Ao centro do quilombo, encontrava-se um espaço onde o catolicismo e o banto eram cultuados.

4 – Lavoura:

Ao redor existiam algumas plantações, principalmente de milho, mas também de batata-doce, feijão, banana, mandioca e cana-de-açúcar.

5 – Casinhas de sapê:

O principal tipo de moradia eram as casas de sapê feitas de madeira com palhas de palmeiras e algumas delas possuíam saídas secretas caso fosse necessário fugir dos capitães do mato.

6 – Conselho:

O quilombo era administrado por um conselho, onde os membros eram eleitos mediante a votação dos moradores.

7 – Conjunto habitacional:

As casinhas de sapê formavam um conjunto de habitações e delimitavam as ruelas do quilombo.

IMAGEM 5: Organização do Quilombo dos Palmares

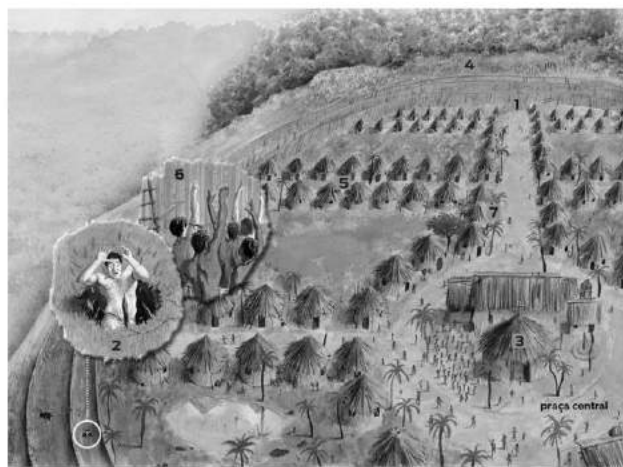


Imagem retirada do site “Super Interessante” no dia 29 de Outubro através do link: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-era-a-vida-no-quilombo-dos-palmares/>

Embora seja amplamente disseminado a definição limitada de que o quilombo era apenas um local de refúgio e resistência – como também mencionado no início deste tópico –, cada vez mais a historiografia tem se debruçado e discutido sobre a limitação de



Típico Cortiço do século XIX

MULHERES PRETAS QUE
INSPIRAM



Anastácia certa vez, lutou contra a violência física e sexual de um homem branco e ajudou escravos a fugirem, por isso, recebeu o castigo de usar um mordaça.

significado empregada à quilombo. Em 1988 a Constituição Federal contemplou o Artigo 68 nas Disposições Transitórias que garante a posse de terras à remanescente de quilombos (AGUILAR, 2009); uma forma de preservar a história e apropriação das terras ocupadas pelos negros escravos.

Ainda se debruçando sobre o significado de “quilombos” e “remanescentes de quilombos”, em 1994 os movimentos sociais organizados por pesquisadores, parlamentares e militantes propõe a ressemantização de ambos os significados para que seja possível contemplar a comunidade negra na aquisição da posse de suas terras. Das modificações, Aguilar (2009) diz:

Quilombo ganha uma nova abordagem que não se refere apenas a ocupações relativas às áreas de insurreição, ou ao binômio, fuga/resistência, mas a comunidades de segmentos negros que desenvolveram políticas de resistência coletiva, como a resistência cultural. E que mantêm seus modos de vida baseado no uso comum da terra e em laços de parentesco e solidariedade com presunção a ancestralidade negra. (AGUILAR, 2009, pág. 05)

A formação dos quilombos se deu a partir da formação do Brasil Colonial. Em paralelo a formação e apropriação das senzalas, nascem os quilombos como uma expressão de anseio pela liberdade, se tornando, além de tudo, uma forma de resistência em busca de serem livres, independentes e de terem liberdade para expressarem seus costumes, crenças, cultura e qualquer outra manifestação demonizada e proibida pelos brancos. Percebemos que, antes de tudo, um território vai além de um espaço para erguer uma moradia, mas também a conquista de um espaço em que se tenha liberdade para preservar sua identidade e ancestralidade. De acordo com Beatriz Nascimento (1985), o quilombo foi uma forma bem-sucedida de concepção de território negro no Brasil, que não só ansiava por moradia, mas era a possibilidade de construir um modo de vida em comunidade.

4. PRIMEIROS CONJUNTOS HABITACIONAIS

O panorama de habitação no Brasil, traz uma perspectiva que revela uma defasagem de anos que aos poucos desperta novas tentativas de soluções a fim de resolver a problemática de déficit habitacional no país. As primeiras propostas de soluções surgem antes do século XIX, mas só começa a ganhar força

na década de 30 (BONDUKI, 2004), na era Vargas.

Na Revolução Industrial no século XIX, surgiram os primeiros sinais de déficit habitacional na Europa, devido a extinção do processo de manufatura e surgiram as primeiras reformas urbanas. Esses processos influenciaram as reformas urbanísticas no Brasil e a implementação de novas diretrizes, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, que se inspirou na reforma da cidade de Paris comandada por Barão de Haussmann (TOURINHO, 2007, pág. 8). O Estado estava focado em promover uma segregação urbana no centro urbano da cidade com uma perspectiva higienista e de potencializar o controle e vigilância da sociedade. O principal objetivo era tornar a cidade um cartão postal.

No governo de Getúlio Vargas, surgiram as primeiras proposições de políticas públicas com o foco em solucionar os problemas habitacionais (TRIANA, 2006, pág. 34-47) que surgiram devido aos aluguéis altos e salários baixos provocando descontentamento na população, potencializando a necessidade de discutir habitação e de regular a aquisição de moradia; então Vargas implementou medidas que produziram os primeiros conjuntos habitacionais. Posterior a isso, a Fundação Casa Popular foi criada em 1946 com foco direto nas diretrizes habitacionais.

Paralelo a esse desenvolvimento de políticas sobre habitação, em 1943 foi construído o primeiro grande conjunto habitacional implantado no país. Foi promovido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e foi projetado pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira (BONDUKI, KOURY, 2012, pág. 21) que tinha como principal estratégia reproduzir massivamente esse tipo de habitação em forma de conjunto por acreditar no potencial de solução deste método.

Por não atingir uma escala que atendessem a demanda de toda a população, ainda era necessário a produção de habitações e de meios de aquisição de moradia própria. Então, em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) (PAULO, 2015, pág. 2) através da LEI 4.380⁸ de autoria da deputada Sandra Cavalcanti. O BNH tinha por função financiar a moradia através de operações de crédito. Entre as unidades que foram financiadas pelo banco, somente 33,5% foram distribuídas no setor público (OLIVEIRA, 2013, pág. 37).

Reconhecido como direito pela Constituição Federal de 1988 no artigo 6^º, o acesso a moradia não

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm>

⁹ Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp>

era de fato acessado por toda a população e ainda não tinha se tornado pauta dos Ministérios Estadais, no entanto, continuando o legado de desenvolvimento de políticas habitacionais mencionado no parágrafo anterior, foi em 2009 que se concretizou os conjuntos habitacionais nos moldes contemporâneos¹⁰ que são produzidos até hoje. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva articulou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) (LIMA, ZANIRATO, 2014, pág. 7) como uma das principais propostas de formulação e consolidação da solução do déficit habitacional no Brasil.

O PMCMV foi criado com a tentativa de facilitar o acesso à moradia própria e dando subsídios específicos a da renda familiar classificadas em 4 faixas (LISBOA, 2014, pág. 1). Na faixa 1 são contempladas as famílias de baixa renda que recebem até R\$ 1.800,00 reais por mês e essa faixa recebe um subsídio de 90% do valor total; a faixa 1,5 contempla famílias de baixa renda que recebem até R\$ 2.600,00 reais por mês e recebem um subsídio de até R\$ 47.000,00 reais; a faixa 2 que atende famílias de classe média baixa que possuem uma renda entre R\$ 2.601,00 reais e R\$ 4.000,00 reais por mês, recebem um subsídio de R\$ 29.000,00 reais; já a faixa 3 contempla famílias de classe média alta que recebem de R\$ 4.001,00 reais até R\$ 9.000,00 reais, entretanto esta não recebe nenhum subsídio, porém é beneficiada com uma taxa de 9,16% que é a menor do mercado.

O programa já entregou 3,86 milhões de unidades e é o maior programa de financiamento habitacional do mundo, atendendo mais de 11 milhões de pessoas no Brasil. As faixas 1 e 1,5 são consideradas de baixa renda, sendo que a faixa 1 é a única considerada prioritária, porém, do investimento de R\$ 3,5 bilhões de reais, esta faixa foi contemplada com apenas 30% dos recursos aplicados. (RAMALHOSO, 2016, pág. 3)

Embora não exista nenhuma pesquisa que estabeleça um recorte racial para compreender a população étnica racial em conformidade com o PMCMV, sabemos que as faixas 1 e 1,5 são destinadas à população de baixa renda e, em específico, a faixa 1 é considerada prioritária e ambas as faixas são responsáveis por juntas atenderem o maior número de unidades. Como vimos no desenvolver desta problematização, a população negra compreende 83% (IBGE, 2010) das pessoas de baixa renda. Cruzando estes dados censitários, podemos afirmar que o

Programa Minha Casa, Minha Vida é hoje um dos meios de morar da população negra, reforçando a hipótese dos meios alternativos de adquirir uma casa própria.

4.1 CORTIÇO E A HIGIENIZAÇÃO:

Como dito nos parágrafos anteriores, em meados do século XIX, o centro do Rio de Janeiro era massivamente ocupado pelos escravos de ganho, devido a isso a cidade era conhecida como “cidade do trabalho”, já que todos os perambulantes ali ofereciam mão de obra. Considerando que eram escravos, a maior parte da população do grande centro naquela época eram pobres e em busca de moradia, o que afetava a qualidade da infraestrutura e da imagem da cidade, tornando-a indesejável pela elite (NÓBREGA, 2007).

A maior parte dessa elite, habitava os grandes casarões localizados no centro, e o descontentamento motivado pela presença nos escravos, fez com que rapidamente a maioria se mudasse para além das franjas da cidade, deixando suas residências desocupadas. Devido à falta de meios de moradia popular e de forma acessível de aquisição de casas, a população pobre se viu obrigada a morar em casebres insalubres e inóspitos. Parte desses casebres foram adquiridas pelas grandes imobiliárias. Nóbrega (2007) relata:

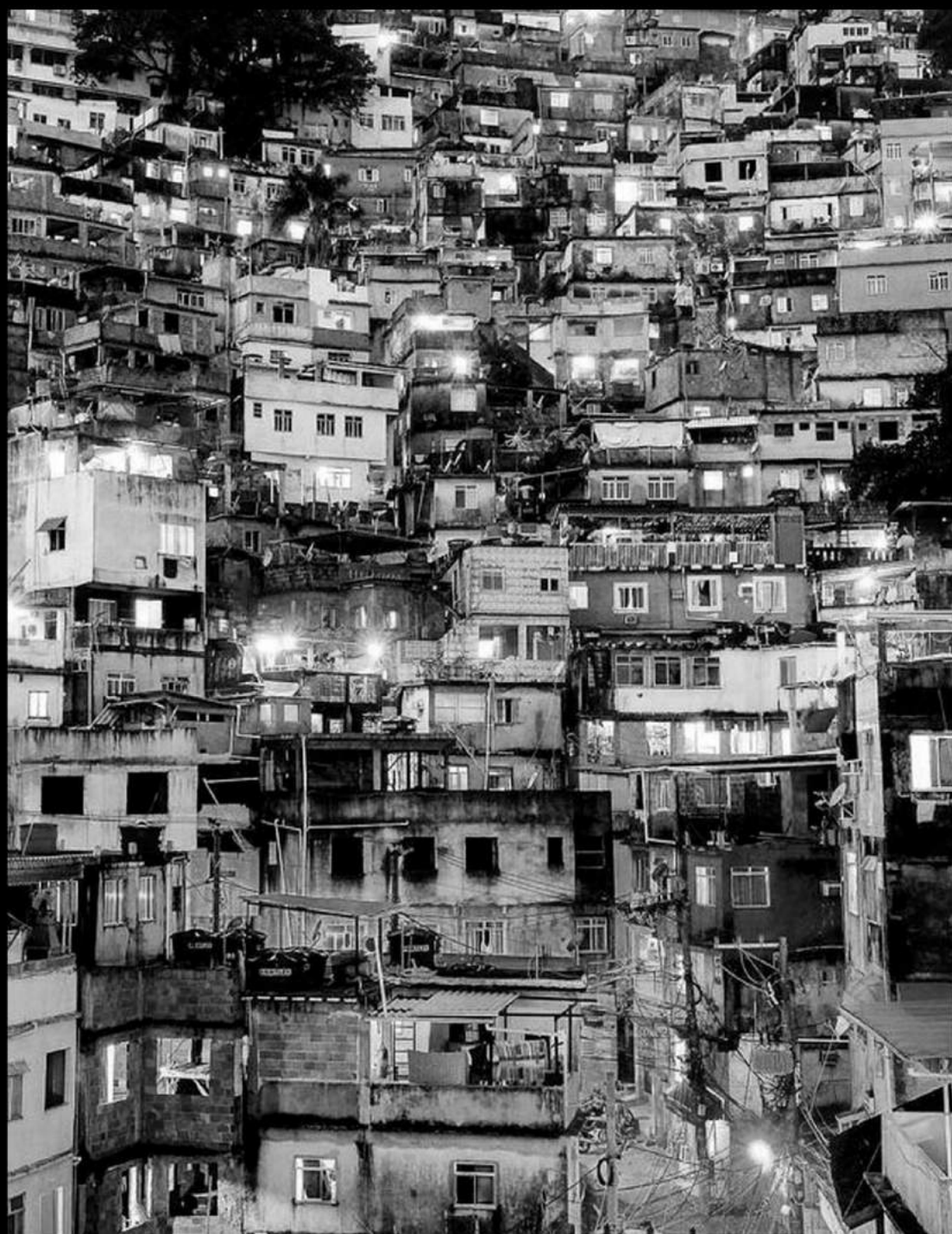
“Esses locais, conhecidos como cortiços, habitações coletivas que marcaram a paisagem urbana da cidade durante o século XIX, foram os alvos preferidos da “ação modernizadora” da República.” (NÓBREGA, 2007, pág. 20).

Adquiridos pelas grandes imobiliárias, os casarões sofreram modificações nas plantas com o objetivo comportar mais famílias e gerar mais lucros. Devido à falta de recursos e do amontoado devido à alta densidade, o “enfeamento” e o atraso social da cidade do Rio foi inevitável. Esse aglomerado e a falta de saneamento básico desencadeou doenças diversas como, por exemplo, febre amarela¹¹. As pautas higienistas passaram a ser mais discutidas em 1843 (PEREIRA, 2009), quando a Academia Imperial de Medicina propôs uma reação imediata contra os casos de febre escarlatina¹²; o movimento potencializou as medidas de controle higienista, gerando algumas demolições desses cortiços. Entretanto, é importante

¹⁰ Chamo de “moldes contemporâneos” aqueles que possuem características do estilo arquitetônico contemporâneo e/ou que são dessa década.

¹¹ Infecção viral transmitida por uma espécie particular de mosquito.

¹² Doença bacteriana que se desenvolve em algumas pessoas que têm faringite estreptocócica.



Favela da Rocinha fotografada por Daniel Malikyar

**MULHERES PRETAS QUE
INSPIRAM**



fonte: ALBERTO HENSCHEL

Maria Felipa foi líder na Ilha de Itaparica. Aprendeu a jogar capoeira para se defender. Tinha como missão principalmente libertar seus descendentes e avós.

elucidar que a proliferação dessas doenças nem sempre era devido à insalubridade dos cortiços, mas era também responsabilidade do Estado que investia menos na infraestrutura. Porém, esse era um fator que sustentava os argumentos higienistas que usava o cortiço como foco da doença para justificar as desapropriações.

"Os higienistas alegavam que a promiscuidade presente nos cortiços era um perigo para a ordem pública e que tais habitações coletivas eram focos de irradiação das epidemias e fértil terreno para a propagação dos vícios." (SOIHET, 1999, pág. 184)

Esta grande densidade deu início aos novos meios de habitar como, por exemplo, vilas operárias e cortiços onde a classe mais pobre, a mão de obra das grandes indústrias, encontraram oportunidades de morar. Um dos maiores e mais famosos cortiços da época, era o Cabeça de Porco com a estimativa de ser o maior cortiço com especulações de ser habitado por 4.000 mil pessoas (HENRIQUE, 2011, pág. 1); nesta época as instalações já eram precárias e insalubres, foi então que, em uma ação higienista, o então prefeito Barata Ribeiro, em 26 de janeiro de 1893, estabeleceu o decreto que permitia à prefeitura pôr abaixo o Cabeça de Porco (HENRIQUE, 2011, pág. 1). Em apenas 48 horas o cortiço havia sido desapropriado e demolido; todos os despejados juntos com os combatentes da Guerra de Canudos, receberam autorização para ocupar o Morro da Providência.

Outro caso que vale menção, ainda num processo de higienização do centro da cidade do Rio de Janeiro, o Morro do Castelo perpassou por significativas modificações até ser findado seu arrasamento baseado nas leis sanitárias. Especialistas consideravam que o morro atrapalhava o desenvolvimento e a expansão da cidade. Alguns médicos como Manoel Joaquim, Antonio Joaquim e Bernardino Antônio alegavam que os morros, de modo geral, atrapalhavam a circulação do ar e, conseqüentemente, agravava as doenças e piorava a saúde do Rio de Janeiro.

O morro possuía 63 metros de altura e ocupava uma área de 184 mil metros quadrados e era limítrofe à Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central), R. Santa Luzia, R. Misericórdia e R. São José. Em 1816 foi elaborado o primeiro estudo que viabilizava o arrasamento do morro, realizado pelo bispo Azevedo Coutinho. Em 1838 os engenheiros Pedro Belegarde

e Conrado Niemeyer, solicitaram tal desmonte pela IHGB¹³, onde o único em discordância era o historiador Adolfo Varnhagem, que defendia a permanência do Morro do Castelo por considerar ser uma obra desproporcional às condições do estado e defendia a ideia do plantio de árvores e transformar o morro em passeio público. A primeira intervenção foi em 1904 (PAIXÃO, 2008) autorizada por Pereira Passos onde foi demolida a Ladeira do Seminário para a construção do Avenida Central. Já em 1921 (PAIXÃO, 2008), na gestão de Carlos Sampaio, foi iniciada a demolição definitiva do Morro do Castelo.

Além da forma de higienização citada acima, a restrição do direito de ir e vir era um outro mecanismo utilizado para criar uma "boa imagem" da cidade. A Lei da Vadiagem, criada em meados dos anos 40 (VILELLA, 2014), que consistia em autuar pessoas que estivessem transitando pela cidade sem os devidos documentos de identificação e muitas das vezes servia para encobrir o abuso de poder da polícia, sobretudo contra pobres e negros. A Lei de Contravenções Penais ou Lei da Vadiagem é datada de 3 de outubro de 1941, tinha em seu artigo 59:

"[...] entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita" (VILELLA, Gustavo. 2014)

IMAGEM 6: *É crime não ter emprego!*



Imagem retirada do acervo O Globo no dia 11 de Dezembro através do link: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>

¹³ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: É a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil.

Um levantamento de 1975, apontou a Lei de Vadiagem como o segundo crime com maior incidência na cidade do Rio de Janeiro com 1.956 prisões, ficando atrás apenas de lesão corporal (VILELLA, 2014). Gustavo Vilella (2014), relembra que essa era uma medida para que a polícia mostrasse serviço, sendo que 70% dos casos eram absolvidos por falta de prova e/ou de relevância da prisão, já que em muitos casos o indivíduo era autônomo, um comerciante sem documentos ou até mesmo uma pessoa doente.

A não garantia de acesso à moradia era um dos meios incisivos da higienização das cidades, sobretudo por parte do Estado e da elite. No entanto, quando casos fugiam a esse controle de elitização como, por exemplo, cortiços, favelas ou qualquer outra maior concentração da população negra, recorriam a medidas extremas de regras de circulação, desocupação e/ou desmonte, mesmo que estas ocupações tenham sido previamente autorizadas pelo poder público. Essas são as agressões urbanas que forçam o que chamo de “segregação urbana” e que são capazes despostrar novas áreas periféricas totalmente afastadas ou às franjas dos grandes centros urbanizados.

5. FAVELA: A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS

O desenvolvimento e a requalificação da cidade do Rio de Janeiro são motivados pelo anseio de transformar a cidade em um cartão postal que servisse de propaganda para a internacionalização do país. Tal desenvolvimento tem seu início no final do século XIX e início do século XX (ABREU, 1988) e foi impulsionado pelo fim da escravidão, pela industrialização e pela demanda de serviços, sobretudo do centro da cidade, fazendo com que a área central fosse receptora da classe pobre, gerando um conflito com a elite. A expansão das áreas urbanas causa uma grande disputa por terras e/ou meios de habitação, onde começa a ser configurado os espaços periféricos.

“[...] o centro, contraditoriamente, mantinha também sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. (...) A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela.” (ABREU, 1988, pág. 42)

O pragmatismo da segregação urbana no Rio de Janeiro é marcado por três ações higienista-racista¹⁴ (ABREU e VAZ, 1991) que despostram para uma urbanização sistematicamente eurocêntrica exportada com o intuito de embelezar e fazer da cidade do Rio de Janeiro uma grande referência; seriam elas: proibição de cortiços, as reformas urbanísticas e o código de obras de 1937. Este último era responsável por determinar que somente seria permitido, no centro, construções que atendessem uma verticalização, fazendo com que somente a elite tivesse condições econômica de tal feito, impedindo o acesso da população negra e a forçando para a informalidade. Por depender da força de trabalho que era ofertada no centro, essa parcela população galgou meios de manter sua habitação nas franjas da área central (LESSA, 2005) para que tivessem fácil acesso já que um maior deslocamento em direção ao centro da cidade impossibilitaria sua permanência, e assim surgem as primeiras favelas (ABREU e VAZ, 1991).

“[...] o aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial. (...) Trata-se do momento em que a economia cafeeira fluminense entra em crise (...) reorientando toda uma estrutura já consolidada de comportamento do capital mercantil; do momento em que a cidade passa a ter um crescimento demográfico extremamente rápido (fruto de migrações internas e estrangeiras) que agravava sobremaneira a questão habitacional.” (ABREU e VAZ, 1991, pág. 02)

O surgimento e a consolidação da favela remontam à Primeira República e tem seu crescimento ao longo do século XX e, apesar de disputar visibilidade com os cortiços que eram fortemente estudados pelos intelectuais da época, passou a ter sua devida notoriedade e tendo suas problemáticas explanadas. Desde seu surgimento, existiam poucos debates sobre a favela, sobretudo debates que buscassem discutir e problematizar os espaços periféricos, mas foi no Plano de Agache¹⁵ que os aglomerados subnormais foram, pela primeira vez, citados em um documento oficial (LESSA, 2005). Os dados censitários de 1948 registrou 138.837 habitantes residindo em 105 favelas o que representava 7% da população. Da população total em favela, a Zona Norte representava 29,5%, a Zona Sul com 20,9% e a Zona Central 22,7% (VALADARES, 1978, pág. 22).

¹⁴ Uso esse termo por considerar que tais ações higienistas partem de um viés racista que busca a exclusão de pessoas negras com o objetivo de segregar e embelezar o centro do Rio de Janeiro pautado em um conceito eurocêntrico de urbanização.

¹⁵ Foi o plano de remodelação da cidade do Rio de Janeiro elaborado no final da década de 1920.



Conjunto Habitacional fotografado por
Ricardo Borges

**MULHERES PRETAS QUE
INSPIRAM**



Carolina Maria de Jesus foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil e é considerada uma das mais importantes escritoras do país.

Dentre as primeiras favelas do Brasil, podemos citar as do morro de Santo Antônio, que era circundado pela Rua do Lavradio, Carioca, Senador Dantas e Evaristo da Veiga. O morro foi ocupado por barracões de madeira e recebeu, em novembro de 1905, uma ordem de despejo (MATTOS, 2009), onde a Prefeitura publicara “os barracões e casebres existentes no morro de Santo Antonio, sendo marcado prazo de trinta dias para a mudança dos respectivos moradores” (Jornal Brasil, 1905). E 1950 o morro passou por um demonstré para que fosse construído o Parque Eduardo Gomes.

Embora não tenha sido a única, a favela do Morro da Providência foi a mais emblemática em meados de 1890. Nesta época, na Cidadela de Canudos, era ocupado o Morro da Favela, assim conhecido devido a uma planta da família *Cnidoscopus Quercifolius*, popularmente conhecida como “favela”, que cobria toda a área do morro. Em 1897 o Morro da Providência também ficou conhecido como “Morro da Favela” em referência ao Morro de Canudos. Em 1920 todas as habitações precárias de aglomerados subnormais e que se estabelecesse sob condições precárias, ficaram conhecidas como “favela”. Ao longo dos anos, a favela se tornou uma das principais formas de habitação e o número de habitantes cresce em todo Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os dados coletados no censo de 2010, cerca de 11,4 milhões de pessoas (6% da população brasileira) habitava em favelas de todo o Brasil. O IBGE reconheceu 6.329 mil favelas pelo país em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Os principais motivos que incentivam esta parte da população a migrar para a favela é a falta de políticas públicas e por estarem próximas aos grandes centros metropolitanos que oferecem maior acesso a oportunidades de emprego, saúde, educação etc.

A partir de 2010, o que é popularmente conhecido como favela, passou a ser definido pelo IBGE como “aglomerado subnormal”, que é um conjunto de mais de 51 residências, com estrutura precária (tijolo aparente, insalubre, entre outros) em consequência da má distribuição de renda, falta de políticas habitacionais e ausência de reforma fundiária.

Em meados do século XIX, antes de serem conhecidas como favela, os aglomerados subnormais eram chamados de “bairros africanos” (SUZART, 2016, pág. 4) onde habitavam, principalmente, ex-escravos que não tinham acesso às terras e sem opção de emprego. De acordo com o censo do IBGE de 2010, 75% da população residindo em favelas são negros, aliado a isso, outra parte da população que reside nas favelas é em consequência do fluxo migratório (ALVES,

SILVA e MARRA, 2011, pág. 81), movimento conhecido como “êxodo rural” que consistia na migração da população do campo para os grandes centros metropolitanos já consolidados em busca de melhores oportunidades de emprego e moradia. A ausência de políticas habitacionais, o fim da escravidão, nos moldes antigos, e o êxodo rural, são fatores que culminaram na densidade das grandes cidades e consequentemente na formação das favelas.

A alta porcentagem da população negra morando na favela, reforça a estigmatização de uma sociedade racista que tão pouco desenvolveu políticas públicas que dessem subsídio para que esta população, recém liberta, se estruturasse socialmente, fazendo com que as favelas tenham mais negros do que haviam nos navios negreiros que chegaram ao Brasil no século XVI.

IMAGEM 7: Morro da Providência



Completando 122 anos, o Morro da Providência foi a primeira favela do Brasil.
Fotografia: Agência O Globo

IMAGEM 8: Favela da Rocinha



A maior favela do Brasil, a Rocinha tem hoje aproximadamente 110 mil habitantes.
Fotografia: Fábio Motta

5.1 AUTOCONSTRUÇÃO

Para iniciarmos, precisamos entender que a autoconstrução é definida pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP - 2003) como construção de baixa renda principalmente, autogerida e com recursos e mão-de-obra própria para si ou para terceiros (amigos e familiares), sem qualquer consulta e/ou orientação de uma (um) profissional capacitada (o), seja ela (o) arquiteta (o) & urbanista, engenheira (o) civil ou técnico em edificações, sendo por falta de conhecimento acerca do papel profissional qualificado ou, na maior parte dos casos, apenas por acreditar que é mais econômico, o que faz com que, consequentemente, decaia a qualidade das habitações tanto com relação à estrutura, conforto ergonômico, conforto térmico, etc.

De acordo com uma matéria da revista A Construção São Paulo de 1976, a autoconstrução só foi percebida como um problema de autogestão das cidades em meados de 1960, quando as crises de insalubridade já assolavam todo o Brasil e as favelas já estavam em um crescimento incontrolável. Estando em loteamento irregular ou não, a autoconstrução aparecia como a alternativa possível à quem não queria ou não conseguia morar em favelas, cortiços, ou qualquer outro tipo de moradia irregular.

Para Ermínia Maricato em sua tese “Autoconstrução: a Arquitetura Possível” (1984), a autoconstrução é uma “forma criativa de expressão popular, pois essa é uma forma demagógica de se encarar o problema, na medida em que suas causas reais são os salários baixos, aluguéis altos e outros fatores”. Maricato (1984) relata também que:

“[...] a ocupação rápida, extensiva, horizontal, com vazios no tecido urbano e expulsando o trabalhador para áreas distantes dos centros de serviços, traz um problema quase insolúvel para a administração pública na instalação de infra-estrutura, já que onera em demasia a implantação de redes de serviços. Mas essa essa forma de ocupação do solo nada tem de descontrolado e espontâneo.” (MARICATO, Ermínia. 1984, pág. 35)

Uma pesquisa realizada pela Booz Allen Hamilton a pedido da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção, apontou que 84% dos materiais de construção são adquiridos por pessoas físicas que autoconstróem e reformam suas casas utilizando mão-de-obra própria (ABRAMAT, 2005). Esse mesmo estudo também revela que há a estimativa de que 77% do total de unidades habitacionais produzidas, ampliadas ou reformadas são originadas a partir da autoconstrução e da autogestão. De acordo com

dados do IBGE (2008–2009), as despesas dos brasileiros com moradia atingiram R\$ 105,4 milhões dividido em 69% em aquisição de moradia e 31% com reformas.

A criação da Lei Nº 11.888/2008 que se refere à Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, dá-se à assistência pública e gratuita às famílias de baixa renda (até 3 salários mínimo) que pretendem construir ou reformar e o principal objetivo é minimizar a periferação. Entretanto, percebemos que tal medida tem sido insuficiente e tão pouco surtiu o efeito esperado devido à relação com a ordem financeira e a necessidade de capacitação das (os) arquitetas (os) e engenheiras (os) para este tipo de demanda.

6. DIÁSPORA URBANA: O NÃO-DIREITO À CIDADE

Semanticamente falando, “diáspora” refere-se à exclusão, dispersão e imigração incentivada e forçada e um deslocamento involuntário de indivíduos marginalizados e periféricos. Neste trabalho, o termo “diáspora urbana” está diretamente relacionada às dinâmicas urbanas improvisadas pela população negra por consequência de um higienismo pautado no eurocentrismo. Refere-se também ao sequestro de negros na África em meados do século XV e XVI e o seu deslocamento forçado às terras brasileiras.

Desde sua chegada ao Brasil, a população negra foi relegada a condições inexistentes ou mínimas de estabilidade no tecido urbano. Sua ocupação no solo urbano sempre foi onde era possível se estabelecer moradia, e ao longo dos séculos seu deslocamento e a metamorfose dos espaços no qual estava inserido sempre foi muito expressivo, já que constantemente o racismo higienista deu conta de proibi-los de acessar e de permanecer em locais que eram lidos como sendo de privilégios, ou seja, locais que tivessem uma infraestrutura de qualidade.

À exemplo dessa exclusão e privação dos espaços urbanos consolidados ou em consolidação, em 1850, 38 anos antes da abolição da escravatura, a Lei de Terras foi criada para proibir o acesso da população negra às terras e eliminar seu acesso ao tecido urbano (Tainá de Paula). Sem direito à terras e sem recursos para se estabelecerem, a população negra recorreu a meios alternativos de uso e ocupação do solo, que posteriormente se desdobraram em consequências para a qualidade de vida na cidade da população como um todo, já que essa ocupação improvisada ocasionou mazelas como aglomeração, insalubridade, falta de infraestrutura etc. Consequências essas que não teriam ocorrido, ou teriam acontecido em menor

escala, caso o Estado tomasse para si a responsabilidade de subsidiar o acesso à moradia para população, evitando um espraiamento em larga escala e sem planejamento.

Ao decorrer dos séculos, vimos a população negra transicionando seu modo de morar passando da senzala para o quilombo, depois para a vadiagem (que incluía morar nos fundos de armazéns, na rua etc.) nos centros das cidades e aos cortiços e em seguida para as favelas e habitações sociais. Essas transições revelam que a população negra constantemente é expulsa e excluída da cidade por consequência de mazelas que são geradas pelo descaso do Estado.

7. FORMAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

A partir da constituição histórica da baixada Fluminense enquanto cidade-dormitório, constituída por um processo de periferação como “subúrbio periférico” (PIERRE, 2009) do Grande Rio, o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende analisar as formas de morar e a questão da habitação nesse contexto. Até a década de 1940 o município de Nova Iguaçu englobava o que atualmente se denomina por “Baixada”: compreendia Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti. O conceito de Baixada Fluminense possui sua origem na disposição do relevo do estado do Rio de Janeiro e compreendia toda a área baixa/inundável periférica à orla ocidental da Baía de Guanabara. Conforme a região foi sendo cortada por vias férreas que, no final do XIX, passou a transportar passageiros de forma sistemática, cresceu a ocupação de suas margens, de forma semelhante ao que tinha acontecido com os subúrbios cariocas nas décadas anteriores. Ambos espaços de moradia popular, os subúrbios e a Baixada cresceram com o deslocamento da população pobre removida do centro do Rio de Janeiro por meio das Reformas Urbanas de Pereira Passos (BARKI, 2010; FERNANDES, 2011; LINS, 2017; SILVA, 2017).

A dinâmica de ocupação da Baixada Fluminense, de acordo com Lúcia Silva (2017), deu-se em meio ao processo de crescimento urbano e metropolização da cidade do Rio de Janeiro que implicou a periferação da população que não podia pagar a moradia na capital para a região. Segundo SILVA (2017) a expansão da malha urbana na Baixada era dada pela “existência das estradas de ferro e de abundância de terras relativamente baratas” em um local de infraestrutura precária e com dependência econômica em relação ao Rio de Janeiro. Esse processo de periferação da classe

pobre e negra deve ser ainda, analisado sob a ótica de atuação do poder público nas cidades do Brasil como um todo. Segundo Maricato aponta:

“As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial.” (MARICATO, 2000, pág 03).

A morfologia do padrão de urbanização periférica que se estabelece então é similar a outros espaços de moradia daqueles que não podem/devem habitar a cidade urbanizada, “aqueles que não cabem na ordem social dominante” (Fernandes, 2011, p. 154): são bairros/cidades que possuem função destacadamente residencial; posição periférica e subalterna em relação ao que é considerado cidade; são distantes dos locais de trabalho e com dependência de relações frequentes as áreas externas de centralidade; ausência de atuação do Estado, escassez de infraestrutura urbana e discriminação em termos de políticas públicas; carência técnica permeada pela produção habitacional feita pela autoconstrução e com a utilização de materiais de baixos custo/qualidade; e altos índices de violência urbana (ABREU, 1988; BARKI, 2010; BONDUKI, 2014; FERNANDES, 2011; LINS, 2017; MARICATO, 2000; SILVA, 2017; SOARES, 1962; VALLADARES, 1978).

Para analisar a constituição da Baixada enquanto “cidade-dormitório” (PIERRE, 2009) é preciso aprofundar ainda o estudo por outros recortes para além do recorte de classe, mas também de raça e de gênero. Levando em conta as dificuldades tanto de acesso à propriedade como a inserção no mercado de trabalho da população negra devido as condições estabelecidas sobre a herança da escravidão no Brasil, analisar a questão da raça no território da Baixada é imprescindível. A questão de gênero se destaca devido aos locais predominantemente voltados para a habitação, marcados pelas atividades domésticas, se constituírem como espaços nos quais as mulheres estão marcadamente presentes. Isso porque o novo modo de vida capitalista e a separação entre campo e cidade deram origem a uma nova divisão do trabalho e, consequentemente, à divisão sexual do trabalho, principalmente no que diz respeito à separação do espaço

do lar (KERGOAT, 2003; ALVES, 2018; FARIAS, 2006).

8. O OBJETO DE ESTUDO: NOVA IGUAÇU

O processo de ocupação da cidade de Nova Iguaçu, antes conhecida como Maxambomba, se deu por conta do movimento da citricultura, que se tratava das plantações de laranjas. À época, a citricultura representou boa parte da economia com 37% da arrecadação do Estado do Rio de Janeiro em meados de 1930 (SILVA, 2017). Desde sua criação, em 15 de janeiro de 1833, a cidade de Nova Iguaçu compreendia a maior parte das cidades que hoje compõem a Baixada Fluminense, sendo elas Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Duque de Caxias, Japeri e São João de Meriti. Ao longo das décadas tais cidades foram sendo emancipadas, a primeira foi Duque de Caxias em 1943 e a mais recente foi Mesquita em 1999.

As plantações se concentravam na área do atual centro da cidade (SONALI, 1992) e foi responsável pelas primeiras habitações onde os fazendeiros construíram as primeiras chácaras para que pudessem ficar durante o período de colheita. Posterior a isso, aos poucos os funcionários foram se instalando com o objetivo de ficar mais próximo do local de trabalho e evitar deslocamentos. Em meados de 1920, a cidade era ocupada por 33.396 habitantes e em 1940 passou a ser 140.606 (SILVA, 2017), entretanto, não é possível afirmar que a citricultura foi a única responsável pela densidade da cidade, já que, paralelo à ocupação de Nova Iguaçu, a cidade do Rio de Janeiro passava por um processo de metropolização - levando em conta as reformas urbanísticas, desapropriações e desmonte. O processo de periferização da Baixada Fluminense se deu à medida que a malha urbana do Rio de Janeiro era impactada pelos investimentos capitalistas, principalmente pela especulação do solo (ROSA, 2017).

Embora findada a citricultura, a expansão da cidade de Nova Iguaçu continuou a crescer potencialmente. À essa altura o acesso já era facilitado por conta da ferrovia que cortava o Centro da cidade e a interligava com a cidade do Rio de Janeiro. As terras desmembradas no período das plantações passaram a ser lotes para construção de habitações. O desenvolvimento capitalista passava a ter um foco imobiliário, que vinha aos poucos sendo implementada, entretanto com o fim da citricultura essa prática se intensificou e passou a ser o principal foco mercadológico. Considerando o higienismo no centro do

Rio de Janeiro e as desapropriações em cortiços e favelas, é possível associarmos que este foi o principal público a se deslocar para a Baixada Fluminense em construção.

"Aberta ao tráfego em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi responsável pela incorporação de diversas áreas à malha urbana carioca. Nas suas margens instalaram-se várias indústrias, para aí atraídas pelos incentivos fiscais (impostos mais baratos) oferecidos pelo antigo estado do Rio de Janeiro, que pretendia com isso reverter à queda da receita tributária que se seguiu a crise da citricultura. Embora afugentados das margens da rodovia pela valorização excessiva do solo, os loteamentos residenciais multiplicaram-se nos locais mais afastados do eixo rodoviário, especialmente no distrito sede de Nova Iguaçu que, não mais contando com a laranja, integrou-se definitivamente à onda urbanizadora que varria a baixada a mais de uma década (ABREU, 1997, pág. 121).

A população se organizava às franjas da malha ferroviária, onde ficavam a maior parte dos vastos terrenos que se estruturaram a partir a estrutura deixada pelos lotes das plantações de laranja. O grande fluxo de migração e a ausência do Estado referente a fiscalização gerou uma desorganização e a falta da legalização, possibilitando a direta negociação entre o dono do terreno e o comprador, propiciando informalidade e periferização. Além disso, sem recursos e/ou políticas públicas que subsidiasse a aquisição de moradia, a autoconstrução foi uma opção viável à população de baixa renda, gerando insalubridade, aglomeração, precariedade estrutural e estética.

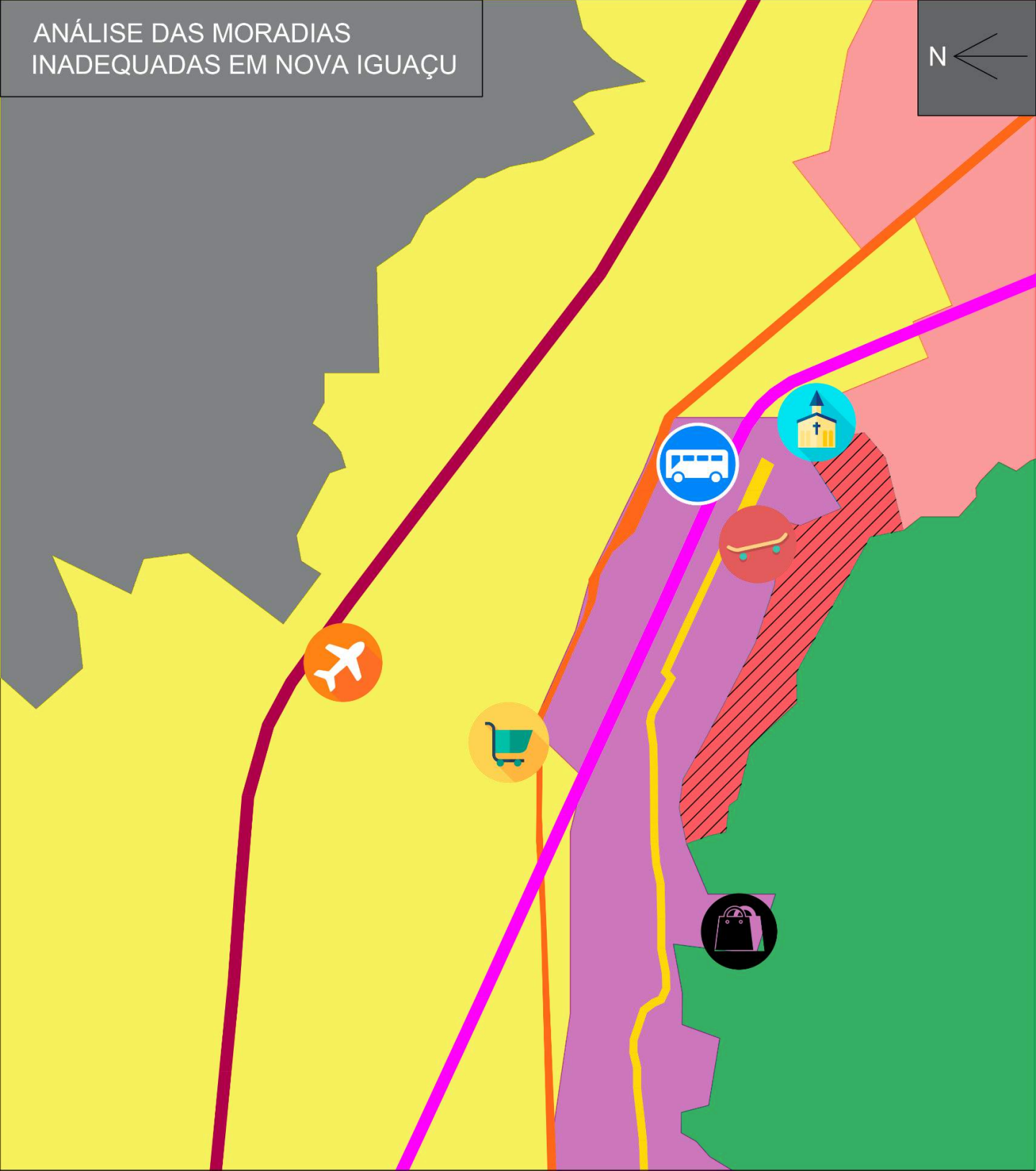
A falta de planejamento e a ausência do Estado com relação ao controle, fiscalização e implementação de políticas públicas, aumentou a possibilidade de tornar a cidade de Nova Iguaçu como sendo informal e periferizada, afetando toda a malha urbana e a qualidade de vida, tornando-a irreparável e com problemáticas que perduram até os dias de hoje. No mapa a seguir podemos ver que a densidade de moradias inadequadas se sobrepõe em relação às adequadas e revelam os reflexos da falta de planejamento nos dias de hoje.

Os mapas a seguir, de produção própria, foi desenvolvido a partir de várias análises em campo, onde foi observado quantitativa e qualitativamente as condições estéticas e estruturais das residências no recorte que foi estudado. De início, utilizei definições do CAU (Conselho de Arquitetura & Urbanismo) sobre quais seriam as condições mínimas de habitabilidade, em seguida, utilizando a minha vivência como morador da região, demarquei no mapa as áreas com

maior índice de precariedade criando manchas e limitando-as por ruas, depois fui a campo e analisei, em média, 100 residências por mancha para constatar a hipótese do grau de precariedade.

Em seguida, realizei uma releitura do mapa de distribuição racial em Nova Iguaçu desenvolvido pelo Pata Data com o objetivo de mostrar que existe uma forte relação de moradia precária e raça, o que denuncia que, majoritariamente, a população negra é a que mais acessa moradias precárias em decorrência da ausência do Estado em subsidiar e garantir habitação de qualidade.

ANÁLISE DAS MORADIAS INADEQUADAS EM NOVA IGUAÇU



Esc.: 1/20.000

LEGENDA

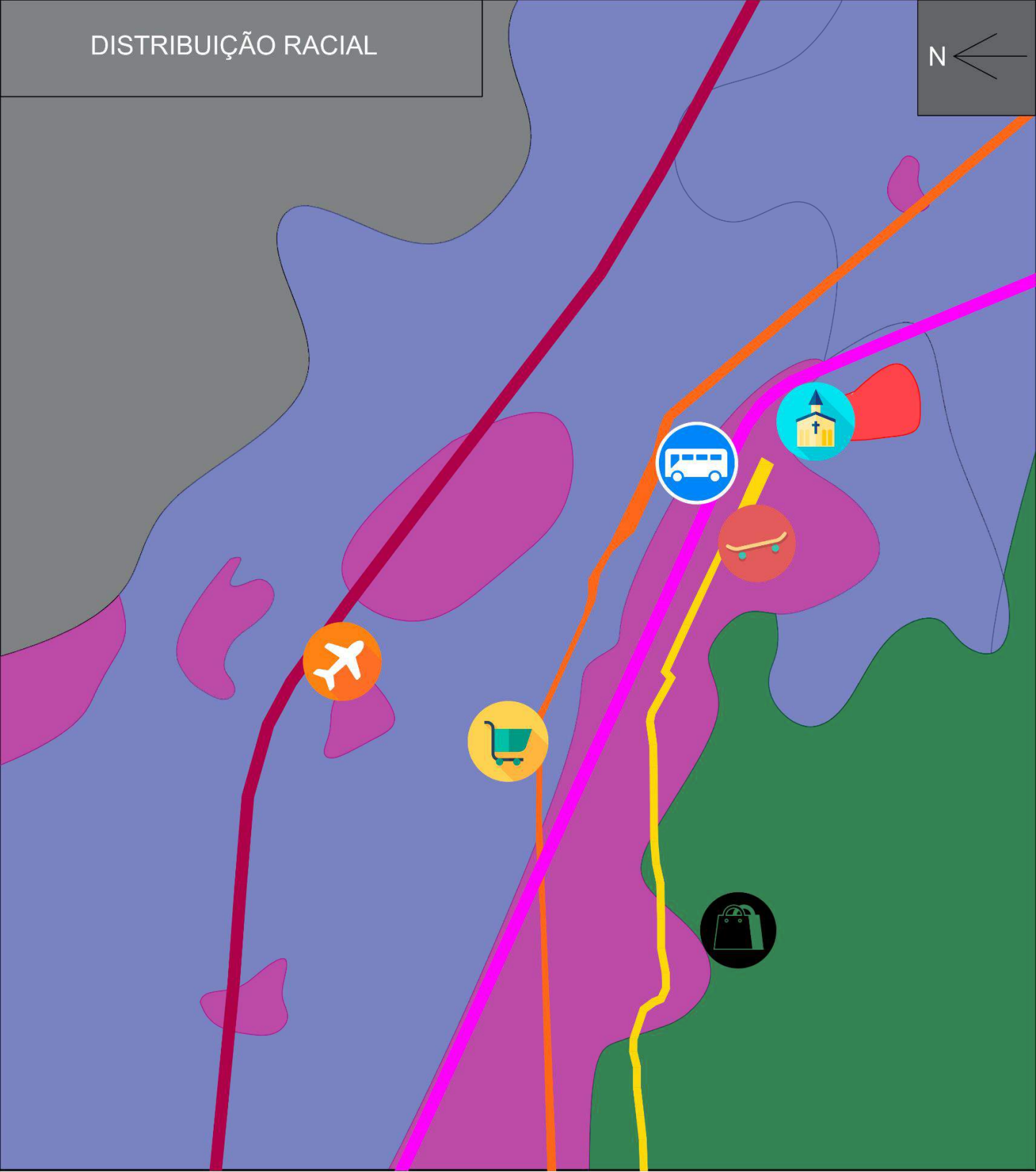
	Rod. Presidente Dutra
	Linha Férrea SuperVia
	Via Light
	AV. Abília Augusto Távora

Moradias Inadequadas (%)

	0 - 20		21 - 60		61 - 70
	71 - 95		ÁREA DE ESTUDO		ÁREA NÃO ESTUDADA
	PRAÇA DE SKATE		SUPERMERCADO EXTRA		RODOVIÁRIA
	AEROCULUBE		SHOPPING NOVA IGUAÇU		PARÓQUIA

DISTRIBUIÇÃO RACIAL

N



Esc.: 1/20.000

LEGENDA

	Rod. Presidente Dutra
	Linha Férrea SuperVia
	Via Light
	AV. Abília Augusto Távora

Distribuição População Negra

BRANCOS

PARDOS

PRETOS

ÁREA NÃO ESTUDADA

VEGETAÇÃO

PRAÇA DE SKATE

SUPERMERCADO EXTRA

RODOVIÁRIA

AEROCUBE

SHOPPING NOVA IGUAÇU

PARÓQUIA

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha tido uma maior evolução da moradia e das áreas que apresentem uma urbanização de qualidade, por não haver nenhum debate de classe e raça nas políticas públicas, é expressivo o número dessa população que ainda é afetada pelas mazelas sociais que são, principalmente, por consequência de uma negligência do Estado que é motivada, conscientemente ou não, pelo racismo que desde a chegada da população negra ao Brasil, os desumaniza e os estigmatiza, os privando e os excluindo com o objetivo de higienizar os grandes centros urbanos para que esses sejam postos como exemplo de sucesso das ações políticas do Estado. Afirimo, seguramente, que as condições que a população negra se encontra hoje é por consequência do racismo estrutural que ainda é empregado em todas as instâncias da nossa sociedade.

Por mais que previsto como um direito universal que deveria ser acessado por todos sem qualquer distinção de raça, classe ou gênero, o direito à moradia sempre se estabeleceu de forma elitizada e racista, uma vez que fica evidenciado por dados censitários e análises de estudiosos, que a classe mais afetada pela precarização ou falta de acesso a mesma é, majoritariamente, negra. Torna-se imprescindível analisar o acesso a moradia utilizando-se do recorte de raça, visto que existe uma defasagem do acesso da população negra a esse direito.

A evolução da moradia cativa remonta, hoje, à favela como sendo a mais emblemática concentração da população negra e nos elucida que a senzala está para a favela assim como a casa-grande está para os condomínios da elite brasileira, e isso é consequência de uma expulsão da população negra dos grandes centros urbanos pautadas num higienismo com viés unicamente racista. Tal expulsão se deu, e ainda se dá, sem qualquer planejamento e tão pouco com garantia prévia de uma nova moradia ou, em casos de realojamento, este é essencialmente afastado do centro e próximo das áreas periféricas e/ou mais próximo da Baixada Fluminense.

O primeiro passo a caminho de uma solução, é o reconhecimento dessas áreas de vulnerabilidade social e assim realizar um mapeamento que permita dimensionar os diferentes espaços é de extrema importância para que o Estado se responsabilize por mapear as favelas que precisam de intervenções e ações previstas em políticas públicas e que tornem efetiva essa ação. A partir disso, torna-se necessário realizar os seguintes passos:

- Analisar quantitativamente as residências contabilizando residência a residência
- Analisar qualitativamente as residências utilizando as definições do CAU de habitabilidade
- Identificar, elencar e classificar as mazelas (esgoto a céu aberto, lixo a céu aberto, ruas sem acessibilidade etc) incidentes na área mapeada
- Identificar se há um ponto específico de expansão do aglomerado estudado

A análise quantitativa servirá para entender a densidade da favela estudada para que seja possível estimar, seguramente, a demanda de realojamentos, quando for necessário. A análise qualitativa servirá para pontuar com exatidão as residências que devem ter prioridade na intervenção, os encaminhando as famílias para o realojamento adequado. Indispensavelmente, deverá ser identificada e classificada áreas com esgoto a céu aberto, lixo a céu aberto, ruas sem acessibilidade etc.; assim será palpável as intervenções imediatas de reurbanização. E por fim, identificar as áreas passíveis de expansão para que esta seja contida para frear o crescimento da favela entretanto, sendo necessário uma ação conjunta em que são produzidas e garantidas habitações sociais, preferencialmente nas proximidades da área a ser intervinha.

MULHERES PRETAS QUE
INSPIRAM



fonte: MÁRCIA FOLETTO

Marielle Franco, mulher preta, favelada e que lutou contra o racismo, machismo e LGBTfobia e a favor do direito à cidade. Líder na política, na comunidade e na vida. **PRESENTE!**

Bibliografia

ROSSATTO, *Graziela*; ANA, *Sandra* - **O desenvolvimento da habitação social no Brasil - 2014**

SANTOS, *Gilmara* - **Memórias sociais e a construção da identidade em territórios negros - 2016**

SANTOS, *Milton* - **Espaço e método - 1985**

SANTOS, *Milton* - **Metamorfoses do espaço habitado - 1988**

ROLNIK, *Raquel* - **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo - 1997**

DO CARMO, *Maria* - **Ressemantizar ou Permanecer: Rediscutindo o conceito de quilombo - 2009**

REZENDE, *Simone* - **Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**

BRASIL, *Marcella*, LÚCIA, *Regina*, BEATRIZ, *Cândida* - **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural - (2014)**

RICARDO, *Manoel* - **O processo de reconhecimento das comunidades quilombolas e a afetividade das políticas públicas do programa Brasil quilombola - (2014)**

FESSLER, *Lilian* - **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro - (1994)**

SOUZA, *Lucas* - **Favelas: da exclusão à necessidade de urbanização**

LOPES, *Ynaê* - **Além da Senzala - Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro - (2006)**

KARASCH, *Mary* - **A vida dos escravos no Rio de Janeiro - (2000)**

Bibliografia

CHAUÍ, *Marilena* - **Convite à filosofia - 2000**

MARIA, *Sonali* - **Da laranja ao lote - 1992**

REIS, *Cecília*; MORADO, *Denise*- **A autoconstrução coletiva: possibilidades contra-hegemônicas na produção do espaço urbano**

DIQUE, *Sonia* - **O desempenho das construções no processo de autoconstrução de habitações populares - 2016**

FREYRE, *Gilberto* - **Casa-grande & senzala - 1998**